



A Suprema Corte decidiu que a lei que poderia expulsar o TikTok dos EUA, a menos que a controladora chinesa [ByteDance](#) o vendesse, é constitucional conforme aplicada à empresa.

“Não há dúvida de que, para mais de 170 milhões de americanos, o TikTok oferece um canal distinto e expansivo de expressão, meio de envolvimento e fonte de comunidade”, escreveu o tribunal em uma decisão per curiam, que não é atribuída a nenhum particular. justiça. “Mas o Congresso determinou que o desinvestimento é necessário para resolver suas bem apoiadas preocupações de segurança nacional em relação às práticas de coleta de dados do TikTok e ao relacionamento com um adversário estrangeiro.”

A decisão significa que o TikTok ainda está em vias de ser banido nos EUA em 19 de janeiro, a menos que o presidente Joe Biden estenda o prazo ou a ByteDance consiga vender a empresa a tempo. A administração Biden agora parece preparada para adiar a aplicação e deixar isso para a próxima administração assim que o presidente eleito Donald Trump tomar posse na segunda-feira - embora mesmo essa promessa possa não ser suficiente para superar os provedores de serviços de risco como Apple, Google e A Oracle poderá enfrentar se decidir não cumprir a lei, continuando a servir o TikTok assim que a proibição entrar tecnicamente em vigor.

Trump disse que tentaria salvar o aplicativo, embora não esteja claro como - e ele só tomará posse um dia após o prazo de venda. O aplicativo não desaparecerá simplesmente dos [telefones](#) dos usuários; A TikTok supostamente planejou ir além dos requisitos da lei e desaparecer caso a proibição fosse mantida.

Os juízes alertam que a sua decisão deve ser “entendida como tendo um foco restrito”, dado que o caso envolve “novas tecnologias com capacidades transformadoras”. Eles enfatizaram que, embora seja comum as empresas coletarem dados, “a escala e a suscetibilidade do TikTok ao controle de adversários estrangeiros, juntamente com a vasta quantidade de dados confidenciais que a plataforma coleta, justificam um tratamento diferenciado para atender às preocupações de segurança nacional do governo. Uma lei visando qualquer outro orador implicaria necessariamente uma investigação distinta e considerações separadas.” Em última análise, o governo “tinha bons motivos para destacar o TikTok para tratamento especial”.

Os juízes concluíram que a lei aplicada ao TikTok é “neutra em termos de conteúdo” e “justificada por uma lógica neutra em termos de conteúdo”, citando a preocupação do governo sobre o alegado potencial da China para recolher grandes quantidades de dados sobre americanos através da aplicação. Eles descobriram que a lei não precisa satisfazer a forma mais rigorosa possível de escrutínio da Primeira Emenda e que, conforme aplicada ao TikTok, satisfaz o escrutínio intermediário porque a lei promove “um importante interesse



do governo não relacionado à supressão da liberdade de expressão” e não não sobrecarregue muito mais discurso do que o necessário para conseguir isso.

O tribunal não se deixou influenciar pelas garantias do TikTok de que o governo chinês era “improvável” “obrigar o TikTok a entregar dados dos utilizadores para fins de recolha de informações, uma vez que a China tem meios mais eficazes e eficientes de obter informações relevantes”. Os juízes disseram que mesmo que a China ainda não tivesse tentado usar o relacionamento da ByteDance com o TikTok para acessar dados dos EUA, o TikTok não ofereceu nenhuma boa razão para o tribunal concluir que a determinação do governo dos EUA de que a China possa tentar explorar esse relacionamento “é não pelo menos uma ‘inferência(e) razoável(e) baseada em evidências substanciais’”. No final, os juízes demonstraram grande deferência às avaliações do governo, observando, por exemplo: “Somos especialmente cautelosos com analisando os motivos do Congresso neste registro em relação a uma lei aprovada com impressionante apoio bipartidário.”

Existem alguns compradores aguardando esta decisão, esperando que ela mude o cálculo da ByteDance sobre uma venda. O Projeto Liberty, do bilionário Frank McCourt, por exemplo, quer comprar o aplicativo sem o algoritmo para rodar em seu próprio protocolo de [rede social](#). Mas ainda não está claro se a China permitiria uma venda, mesmo sem o cobiçado algoritmo - talvez apostando que os EUA acabarão por ceder ou que poderão continuar a prosperar noutros países ao redor do mundo. Ainda assim, os relatórios desta semana indicam que isso pode estar a começar a mudar, já que fontes não identificadas disseram a vários meios de comunicação que as autoridades chinesas estavam a ponderar a ideia de fazer com que o bilionário Elon Musk agisse como comprador ou corretor de um potencial negócio.

O caso colocou a liberdade de expressão e as preocupações de segurança nacional umas contra as outras. Os juízes ouviram argumentos orais no caso na última sexta-feira, onde os advogados do TikTok e um grupo de criadores da plataforma descreveram por que acreditam que a lei violaria a Primeira Emenda. O governo dos EUA defendeu a lei, que foi aprovada por esmagadora maioria pelo Congresso e assinada por Biden, como importante para a segurança nacional.

Os juízes Sonia Sotomayor e Neil Gorsuch apresentaram suas próprias declarações, concordando na sentença final. Sotomayor discordou que o tribunal não precisa determinar que a lei implica a Primeira Emenda porque ela acha que é óbvio que sim. Mesmo assim, ela concorda que a lei pode sobreviver a tal escrutínio.

Gorsuch destaca a velocidade incomum do caso, escrevendo que: “Tivemos quinze dias para resolver, finalmente e com base no mérito, uma importante disputa da Primeira Emenda que



afeta mais de 170 milhões de americanos”. Ele escreve que está “satisfeito” pelo facto de o tribunal não ter considerado as provas confidenciais apresentadas ao Congresso para justificar a lei neste caso, escrevendo que “os esforços para injetar provas secretas em processos judiciais apresentam preocupações constitucionais óbvias”.

Gorsuch também diz que tem “sérias reservas” sobre se a lei é realmente neutra em termos de conteúdo, embora considere o interesse do governo convincente e a lei adequadamente adaptada para cumprir os seus objectivos. Se isso realmente acontecerá é outra questão, ele ressalta. “Um adversário estrangeiro determinado pode simplesmente tentar substituir uma aplicação de vigilância perdida por outra. À medida que o tempo passa e as ameaças evoluem, podem surgir soluções menos dramáticas e mais eficazes. Mesmo o que pode acontecer com o TikTok ainda não está claro”, escreve Gorsuch. “Mas a questão que enfrentamos hoje não é a sabedoria da lei, apenas a sua constitucionalidade. Tendo apenas alguns dias após a argumentação oral para emitir uma opinião, não posso professar o tipo de certeza que gostaria de ter sobre os argumentos e registos que temos diante de nós. Tudo o que posso dizer é que, neste momento e sob estas restrições, o problema parece real e a resposta a ele não é inconstitucional.”